

## EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

### TEMPOS DE CRISE ESTRUTURAL E NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: alguns desafios para o Serviço Social

### TIMES OF STRUCTURAL CRISIS AND NEW FORMS OF WORK ORGANIZATION: some challenges for Social Work

Wallison Hipólito de Meira<sup>1</sup>  
Kathleen Pimentel dos Santos<sup>2</sup>

#### RESUMO

O presente artigo se propõe a identificar de forma breve o declínio do modelo produtivo baseado no fordismo, e a partir disso, compreender a adoção da reestruturação produtiva e da ideologia neoliberal. Além disso, compreender como as expressões da questão social se apresentam em tempos de crise estrutural do capital conforme as novas exigências do mercado de trabalho, analisando de que forma esse cenário se apresenta para os assistentes sociais, e quais os desafios postos.

**Palavras-chave:** Crise. Questão Social. Assistente Social.

#### ABSTRACT

This article aims to briefly identify the decline of the productive model based on Fordism, and from this, to understand the adoption of productive restructuring and neoliberal ideology. In addition, to understand how the expressions of the social question are presented in times of structural crisis of capital according to the new demands of the labor market, analyzing how this scenario presents itself to social workers, and what are the challenges posed.

**Keywords:** Crisis. Social Issue. Social Worker.

<sup>1</sup> Assistentes Social. Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: [wallisonhipolito@hotmail.com](mailto:wallisonhipolito@hotmail.com).

<sup>2</sup> Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: [pimentelk18@hotmail.com](mailto:pimentelk18@hotmail.com).

## 1 INTRODUÇÃO

A sociedade capitalista apresenta-se como um sistema econômico constituído por crises, sendo estas intrínseca a sua dinâmica. Conforme isso, o cenário existente nos anos 1970 com a instabilidade do modelo de produção do período, o fordismo; o advento do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, reconfigurando a organização do trabalho e trazendo consequências negativas para os trabalhadores até o tempo presente.

O fordismo se apresentou como uma estratégia do capitalismo se reproduzir de forma ampliada nos países centrais, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, e trouxe um conjunto de práticas econômicas, técnicas, gerenciais e políticas. Dentre as suas principais características está a união de um trabalho parcelado, com postos de trabalhos fixos, em que cada trabalhador possuía um posto fixo, além da produção em massa (Botelho, 2001).

Outro ponto a ser observado, é de que esse modelo de produção propiciou o estabelecimento de um pacto social entre o Estado e os trabalhadores, diante do aumento da produtividade que foi transferida aos trabalhadores em troca de um aumento do salário real. Conflui, daí, um incentivando do consumo em massa, e também a garantia da implementação de um Estado de Bem - Estar Social e redistribuição dos rendimentos por meio de políticas públicas universais (Duarte, 2000), ao menos nos países centrais.

Concernente ao Brasil, considerado país em desenvolvimento, o fordismo se delineou de forma diferenciada dos países centrais. Isso devido não só ao processo de formação sócio-histórica do país, mas também de outros fatores que fizeram com que se desenvolvesse de maneira limitada através de uma tentativa de industrialização que incorporava algumas normas fordistas de produção. Ademais, outro fator que particulariza a situação do país, não existiu uma representação sindical forte, participação nos ganhos de produtividade, consumo de massa e nem implementação do Estado de Bem- Estar Social (Duarte, 2000).

Até então entendia-se que existia um ambiente finalmente “seguro” para os trabalhadores neste determinado período devido a possibilidade de consumo e acesso às políticas sociais, porém começou a dar sinais de esgotamento do final dos anos 1960 para o início da década de 1970. Isso se deu à medida que houve um aumento contínuo de capital constante (meios de produção bem como os objetos da produção) em detrimento ao capital variável (força de trabalho) (Montenegro, 2007).

Diante do cenário de derrocada no modelo fordista, o capitalismo necessitou encontrar uma nova forma de acumulação que recuperasse a produtividade e as taxas de lucro superiores. Para cumprir esse papel adota-se um processo de reestruturação produtiva em que se inicia uma era de acumulação flexível através da utilização do modelo de produção japonês, o Toyotismo (Montenegro, 2007).

Consequentemente, ocorreu também um rompimento da relação do pacto social ente capital e trabalho com intermédio do trabalho, ressurgindo o liberalismo através de uma nova roupagem por meio do neoliberalismo aliado à reestruturação produtiva como forma de nova fórmula para acumular o capital, que ganhou proporções mundiais. Com estas mudanças, existiu uma flexibilização da produção e ao mesmo tempo a intensificação do trabalho, e por conseguinte a desregulamentação dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores (Duarte, 2000).

A partir da adesão ao ideário neoliberal e em uma nova forma de acumulação por meio da acumulação flexível, o que influi em uma substituição na tecnologia utilizada na produção anteriormente adotada no fordismo para uma mais flexível, permitindo rápidas mudanças no processo produtivo. Já no sentido da gestão adota-se o “just- in- time”, ou seja, o fluxo de produção basicamente depende da demanda, sem precisar de estoques (Filgueiras, 1997).

Perante essa nova dinâmica de produção voltada para algo flexível algumas exigências se apresentaram para o trabalhador, a exemplo de uma maior qualificação e o entendimento sobre diversos tipos de tarefas. No mercado de trabalho isso contribui para uma maior competitividade, e ao mesmo tempo, para uma responsabilização maior do trabalhador e menor para a empresa, além da não intervenção e regulamentação por parte do Estado (Filgueiras, 1997).

No Brasil, esse processo de reestruturação produtiva se deu de forma posterior, já próximo do final da década de 1980 e início dos anos 1990. Duarte (2000, p. 56) aponta que “no final dos anos 80, chegou ao nosso país a reestruturação dos processos produtivos e suas implicações econômicas e políticas, que já era vivenciada nos países centrais”. Os efeitos advindos dessas transformações consistem no aumento nas taxas de desemprego, condições precárias de trabalho, diminuição do acesso aos direitos sociais pelos trabalhadores e por conseguinte, o crescimento da exclusão social para grande parcela da sociedade.

Por estas razões, este artigo se propõe a compreender os principais impactos gerados para os trabalhadores diante dessa nova organização do trabalho advinda do da

reestruturação produtiva e da ideologia neoliberal, dando destaque a realidade da sociedade brasileira e os desafios nos espaços sócio-ocupacionais para os assistentes sociais.

## **2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO**

Com o avanço da ideologia neoliberal e o incremento da reestruturação produtiva adotadas pelo capital ao redor do mundo no período de crise estrutural, a organização do trabalho também foi alterada, dando o início aos desmontes dos direitos sociais. No Brasil, essas transformações advindas da reestruturação produtiva aconteceram no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, em que o Estado adotou políticas macroeconômicas, que aumentaram o desemprego e levou à desregulamentação dos mercados de trabalho (Duarte, 2000). Mesmo não alcançando a consolidação de direitos sociais através de um bem-estar social, essas medidas impactam fortemente a classe trabalhadora.

É preciso destacar que as políticas neoliberais instauradas nos países chamados periféricos, e aqui o Brasil está inserido, foram firmadas por meio do Consenso de Washington, documento esse, que possuía uma agenda a ser cumprida. O Brasil não chegou a implementar de início esse receituário, devido à força dos movimentos sociais e trabalhistas. Essa agenda é efetiva no país nos anos 1990, no governo de Fernando Collor, interrompida pelo impeachment, mas que recebeu continuação no governo Itamar Franco, em que as privatizações e a deslegitimação dos sindicatos sociais e movimentos sociais foram o foco (Filgueiras, 1997).

No período do governo Fernando Collor (1990-1992), acontece a abertura econômica no país com a adoção de novas formas de gestão da produção, como um processo de estabilização e a subvalorização do dólar em relação ao real, exigindo transformações em ritmo acelerado e associação com capitais estrangeiros para sobreviver (Filgueiras, 1997). Não a como perder de vista que esse cenário não se encontrou alheio ao contexto mundial, que imprimia, por parte dos países centrais, regras a serem adotadas pela periferia do capital, para retomada de lucratividade em meio a recessão da crise econômica.

Ao citar a crise, podemos considerar que no capitalismo ela se manifesta de forma diversificada, pois como aponta Fontes (2017, p. 411) “esta é uma sociedade que produz recorrentemente crises, pelo fosso entre necessidades sempre renovadas por novas mercadorias e a impossibilidade concreta da satisfação sequer das necessidades essenciais pela grande maioria”. À medida que essa crise toma proporções inimagináveis devido à

superprodução, os efeitos se expressam a partir da exploração do trabalhador. Afirma Fontes (2017, p. 411-412, grifos da autora),

Essa é, pois, a sociedade da produção incessante da máxima desigualdade: quanto mais concentrados os recursos sociais de produção, mais é preciso ampliar a massa de trabalhadores a extrair valor, mais é impulsionada a devastação da natureza, vista como mera 'externalidade', e não como o nosso ambiente e meio de vida fundamental.

Neste cenário, acontece o avanço da mundialização e financeirização do capital financeiro e, conseqüentemente, o surgimento de novas formas de organização e gestão do trabalho. Importante salientar nesse processo o papel dos Estado, pois como afirma Raichelis (2013, p. 612) “para que essa dinâmica seja garantida, torna-se central a intervenção ativa dos Estados nacionais que, por meio do fundo público financia a acumulação e as altas taxas de lucratividade do capital em detrimento do trabalho.”

Com as mudanças ocorridas nas formas de organização e relações do trabalho, aumentam a desproteção do trabalhador; altos processos de informalização; novas formas de contratação da força de trabalho, por meio de trabalhos terceirizados, subcontratados, temporários, que afetam diretamente os assistentes sociais nos seus campos de atuação profissional e na vida privada, por também serem parte da classe trabalhadora (Raichelis, 2013).

## **2 AGRAVO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO DE CRISE DO TRABALHO E DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL**

Neste tópico, iremos abordar de maneira concisa a questão social, levando em consideração uma breve contextualização histórica, sua relação com o Serviço Social, seu agravamento em tempos de crise no mundo do trabalho, e os desafios para o Serviço Social.

Os primeiros sinais do desenvolvimento da questão social surgem a partir do desenrolar da Revolução Industrial e aumento do pauperismo em massa, ocasionado pela grande quantidade de trabalhadores que se reuniram nos centros urbanos. Este fenômeno desencadeia a organização, aos poucos, desse proletariado que percebe as péssimas condições de trabalho e se unem no sentido de buscar melhorias e pautar suas reivindicações na esfera pública (Yazbek, 2021).

A partir desse movimento que se reconhece a questão social, como forma de demonstrar que a sociedade passara a uma disputa das riquezas socialmente produzidas,

evidenciando o caráter desigual do capitalismo, e a sua divisão entre em classes fundamentalmente distintas. Tratando da realidade brasileira, é perceptível que além do avanço do imperialismo no país existe também as questões inerentes à formação sócio-histórica, que apresenta questões como o colonialismo, escravidão, entre outras questões (Yazbek, 2021).

Ademais, é nesse contexto que o Serviço Social é inserido como profissão essencial no enfrentamento desses novos embates que surgem no contexto de conflito entre capital e trabalho, a fim de dar respostas às reivindicações dos trabalhadores diante da dinâmica de acumulação e exploração do capital, que produz desigualdades e péssimas condições de vida. A resposta para essa reivindicação se deu através das políticas sociais, mesmo que de forma limitada e insuficiente (Raichelis, 2013).

Inicialmente, por volta dos anos 1930, a atuação do Serviço Social é voltada para uma ação de caráter religioso e filantrópico devido a sua relação com a Igreja Católica, apesar de estar ligada também ao Estado e ao empresariado. É a partir dos anos 1940, quando o Estado passa a ser regulador das relações sociais, que o Serviço Social amplia seu modo de intervenção e amplia suas áreas de atuação, assumindo lugar na execução das políticas sociais (Yazbek, 2021).

Apenas com o processo de Renovação dentro da profissão, através do Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano, que os assistentes sociais entram em contato com outras vertentes teóricas e começam a compreender a realidade social sob uma nova ótica, e também se reconhecendo como componente da classe trabalhadora, que precisa vender a sua força de trabalho para sobrevivência.

Em tempos de devastação do mercado de trabalho, podemos evidenciar um aumento das desigualdades, além de uma burguesia disposta a destruir os direitos sociais e trabalhistas conquistados pelos trabalhadores, enquanto ocorre um avanço da concentração de propriedades, riquezas por uma pequena parte de bilionários. Com a financeirização, aumentou a concentração de riquezas, enquanto a quantidade de trabalhadores excedentes e subordinados, sem os devidos direitos, cresce (Yazbek, 2021).

Concernente aos novos formatos nos espaços de atuação do assistente social, vemos mudança tecnológicas que levam à incorporação da cultura do gerencialismo, acabam diminuindo o teor reflexivo e criativo do trabalho para um mero processo de metas de controle de qualidade e produtividade. As requisições para os assistentes sociais acabam se tornando

em tarefas automatizadas de preenchimento de formulários e planilhas colocando em risco o caráter crítico da profissão (Raichelis, 2013).

Além desses aspectos, temos a introdução das tecnologias da informação que auxiliam para o processo de precarização do mercado de trabalho, alcançando os para o assistente social, pois entra o desafio desse profissional em se submeter apenas a processos burocráticos, o que pode comprometer o desenvolver de um lado mais crítico e reflexivo da sua atuação.

Para o Serviço Social, esse processo de inserção das tecnologias da informação e comunicação (TIC) se torna um desafio diante do cenário de trabalho, pois como afirma Cesar (2022, p. 105) “sua aplicação pela empresa flexível e enxuta diminui o trabalho vivo, concentrando maior volume de trabalho morto, a fim de gerar maiores índices de produtividade e lucratividade na concorrência intercapitalista”.

Ademais, diante desse processo, nota-se a ampliação de formas de subcontratações de serviços individuais dos assistentes sociais, que requisitam mudanças nas atribuições profissionais em função dos novos modelos e formatos dos programas e serviços sociais. Desta forma, evidenciam o caráter precarizado dos vínculos de trabalho como consequência da terceirização (Raichelis, 2013).

A incorporação do Serviço Social nas empresas representa o período de crescimento industrial no Brasil nos pós- 1964, em que ocorre o desenvolvimento das forças produtivas e as necessidades de domínio sobre a força de trabalho frente às mudanças no modelo de produção. O assistente social participa desse processo como mediador entre a empresa e os trabalhadores, no intuito de conter as tensões existentes entre esses dois grupos advindas da tensão ocasionada pela exploração (Cesar, 2022).

Com a expansão das TIC, ocorrem mudanças no trabalho do assistente social que se tratam do redimensionamento da informação, em que as informações produzidas pelo Serviço Social passam a ser utilizadas pela gerência para definir a tomada de decisões, o não significando que o profissional terá participação na definição das políticas. Não significa que a adoção dessas tecnologias impacte apenas negativamente o processo de trabalho do assistente social, pois por um lado facilita a realização de determinadas atividades, porém pela sua rapidez acaba gerando uma intensificação maior do ritmo de trabalho (Cesar, 2022).

Em documento recente da categoria profissional, produzido pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), dados foram apresentados acerca das principais características no que diz respeito ao exercício profissional do assistente social. Dentre elas, está o índice os vínculos

empregatícios que apontam as consequências das novas formas de organização do trabalho e do conservadorismo para os assistentes sociais.

A partir dos dados, observou-se que 71,56% dos profissionais demonstraram possuir apenas um vínculo de trabalho; 10,08% possuem dois vínculos; e três e quatro vínculos aparece com o percentual de 0,46% e 0,17%, respectivamente. Além disso, 17,73% apontaram que não possuíam nenhum vínculo e sem renda, ou seja, em situação de desemprego (CFESS, 2022).

Analisando os dados acima, é possível identificar alguns aspectos relacionados à realidade vivida pelos assistentes sociais, a exemplo dos vínculos fragilizados de contratação de trabalho. Isso porque, apesar da esfera pública ainda ser a maior forma de vínculo, com 59,8%, as formas de contratação apontam para o crescimento de contratações por seleção pública simplificada, 10,91%; indicação, 8,07%; convite, 6,93% e cargos comissionados 4% (CFESS, 2022).

Essas características indicam que a tendência é cada vez mais eliminar o que é público, e aderir a formas de contratações voltadas a flexibilidade dos contratos de trabalho, representando os impactos da nova forma de organização do trabalho advindas do ideário neoliberal. Ou seja, um aumento de contratos temporários, que influenciam na terceirização das atividades (CFESS, 2022).

Outro desafio para os assistentes sociais diz respeito ao adoecimento proveniente das condições de trabalho que este profissional é submetido ao lidar com as múltiplas expressões da questão social, além da elevação das cargas de trabalho nos espaços em que atuam, levando à exaustão desse trabalhador (Raichelis, 2013).

Porém, um dos principais desafios para o assistente social no enfrentamento desse cenário de devastação e precarização do trabalho, consiste na luta e resistência, seja no cotidiano profissional, seja na participação de espaços de controle social, além do investimento na qualificação continuada no intuito da defesa ampla das políticas sociais.

### **3 CONCLUSÃO**

Pensar os processos de novas formas de trabalho consiste considerar o contexto em que elas se delineiam. A partir do período de crise estrutural do capital nos anos 1970, este necessitou adotar medidas para reverter a queda na acumulação, dando início à adoção de



estratégias de recuperação da lucratividade, como a reestruturação produtiva e o neoliberalismo, que juntas trouxeram diversos desafios para os trabalhadores.

A ideia de acumulação flexível trouxe para a nova organização do trabalho uma fragilidade para os vínculos empregatícios, pois exigiu uma maior qualificação dos que estavam à frente dos processos de produção, além da desregulamentação do mercado de trabalho. Com novas formas de trabalho, evidenciou-se a precariedade dos vínculos empregatícios, a exemplo da informalidade ou por meio da terceirização. Inclusive para os profissionais do Serviço Social.

Com a inserção das novas tecnologias da informação e comunicação o assistente social se vê em um processo de trabalho aliado ao uso das máquinas que agilizam a execução dos seus serviços, porém desenvolve um ritmo acelerado de produção. Além de existir desse profissional que se adapte a esses processos mais automatizados.

Por conseguinte, o assistente social como participante da classe trabalhadora assalariada se vê nesse conflito entre responder aos ditames da acumulação capitalista, a fim de sobreviver, ao mesmo tempo em que precisa estar inserido em processos de resistência no seu cotidiano profissional para que participe ativamente dos processos de decisão sem precisar se subalternizar.

## REFERÊNCIAS

BOTELHO, A. Do fordismo à produção flexível: a produção do espaço em um contexto de mudança das estratégias de acumulação de capital. **GEOUSP Espaço e Tempo**, v. 5, n. 2, p. 113-126, 2001.

CESAR, Monica de Jesus. O Serviço Social nas empresas frente às tecnologias da informação e comunicação. **Katálisis**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 104-113, jan./abr. 2022.

CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília: CFESS, 2022.

DUARTE, Adriana Maria Cancelli. A crise do fordismo nos países centrais e no Brasil. **Trabalho & Educação**, v. 7, p. 48-61, 2000.

FILGUEIRAS, Luiz AM. Reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste final de século. In: V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1997. **Anais [...]**, 1997.

FONTES, Virginia. Capitalismo, crises e conjunturas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 130, 2017.

MONTENEGRO, David Moreno. Reestruturação produtiva, neoliberalismo e crise. In: III Jornada Internacional de Políticas Públicas, Maranhão, 2007. **Anais [...]**. Maranhão: UFMA, 2007.

RAICHELIS, Raquel. Proteção Social e trabalho do Assistente Social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 116, 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. Expressões da questão social brasileira em tempos de devastação do trabalho. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 16-30, jul./dez. 2021.